

O essencial de Marx e Engels



KARL MARX E
FRIEDRICH ENGELS

Volume 3

Escritos políticos

Marcello Musto [org.]

O
ESSENCIAL
DE
MARX
E
ENGELS



Direção-geral Ivana Jinkings

Edição Pedro Davoglio

Coordenação editorial Thais Rimkus

Coordenação de produção Juliana Brandt

Assistência editorial Marcela Sayuri

Assistência de produção Livia Viganó

Tradução da introdução e apresentações Diego Silveira

Preparação de textos inéditos Mariana Zanini

Revisão Clara Altenfelder

Projeto gráfico da capa e das aberturas Bloco Gráfico e Livia Takemura (assistente)

Diagramação Antonio Kehl

Imagen das páginas 2-3 “Iron and Coal”, óleo sobre tela, de William Bell Scott, 1855-1860

Equipe de apoio Ana Beatriz Leal, Ana Slade, Artur Renzo, Bruno Ferreira, Carolina Peters, Davi Oliveira, Elaine Ramos, Giovanna Corossari, Higor Alves, Ivam Oliveira, Kim Doria, Letícia Akutsu, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Mateus Rodrigues, Maurício Barbosa, Raí Alves, Renata Carnajal, Tatiane Carvalho, Túlio Candiotti

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M355e

Marx, Karl, 1818-1883

O essencial de Marx e Engels 3 : escritos políticos / Karl Marx, Friedrich Engels ; organização Marcello Musto ; tradução Diego Silveira ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2024.

ISBN 978-65-5717-417-3

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Engels, Friedrich, 1820-1895. 3. Filosofia marxista. 4. Economia marxista. I. Engels, Friedrich, 1820-1895.

II. Musto, Marcello. III. Silveira, Diego. IV. Título.

24-94773

CDD: 335.412

CDU: 330.85



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2024

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | boitempoeditorial.com.br

blogdaboitempo.com.br | youtube.com/tvboitempo

11 Nota da editora

13 Introdução

Marcello Musto

Parte 1

DIREITOS E ABOLIÇÃO DO ESTADO

25 1. Observações sobre a mais recente instrução normativa prussiana sobre a censura

Karl Marx

38 2. Crítica da filosofia do direito de Hegel

Karl Marx

49 3. Sobre a questão judaica

Karl Marx

70 4. Crítica do Programa de Gotha

Karl Marx

83 5. A origem da família, da propriedade privada e do Estado [1]

Friedrich Engels

Parte 2

LIBERDADE E INDIVÍDUO SOCIAL

91 6. A ideologia alemã

Karl Marx e Friedrich Engels

99 7. Discurso sobre o problema do livre-comércio

Karl Marx

102 8. Grundrisse

Karl Marx

112 9. Para a crítica da economia política. Texto original

Karl Marx

Parte 3 LUTA DE CLASSES E SOCIALISMO

- 119 **10. Manifesto Comunista**
Karl Marx e Friedrich Engels
- 134 **11. Mensagens e resoluções para a Associação Internacional dos Trabalhadores**
Karl Marx e Friedrich Engels
- 159 **12. O capital, Livro I**
Karl Marx
- 163 **13. Escritos contra o anarquismo**
Karl Marx e Friedrich Engels
- 183 **14. Do socialismo utópico ao socialismo científico**
Friedrich Engels
- 194 **15. Rascunhos e carta a Zasulitch**
Karl Marx

Parte 4 QUESTÃO NACIONAL E ANTICOLONIALISMO

- 215 **16. Artigos para a Nova Gazeta Renana e o New-York Tribune sobre a China**
Karl Marx e Friedrich Engels
- 232 **17. Artigos para o New-York Tribune sobre a Índia**
Karl Marx
- 239 **18. Artigos para New-York Tribune e Die Presse e mensagem para a Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os Estados Unidos**
Karl Marx
- 256 **19. Artigos para The Commonwealth sobre a Polônia**
Friedrich Engels
- 265 **20. Cartas a Engels, Kugelmann, Meyer-Vogt e documento da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Irlanda**
Karl Marx

Parte 5 GUERRA E PAPEL DA VIOLENCIA

- 275 **21. Mensagens para a Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana**
Karl Marx
- 281 **22. A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**
Friedrich Engels
- 289 **23. Pode a Europa desarmar-se?**
Friedrich Engels
- 295 **24. Prefácio a As lutas de classes na França de 1848 a 1850**
Friedrich Engels

Parte 6 GÊNERO E CRÍTICA DA FAMÍLIA

- 307 **25. Excertos sobre a emancipação da mulher**
Karl Marx e Friedrich Engels
- 312 **26. A origem da família, da propriedade privada e do Estado [2]**
Friedrich Engels
- 329 **Sobre o organizador**
- 331 **Sumário completo**

16

Artigos para a Nova Gazeta Renana e o New-York Tribune sobre a China

Karl Marx e Friedrich Engels

Em sua longa e prolífica atividade jornalística, Marx se ocupou com enorme atenção e de maneira ampla da questão nacional e dos efeitos do colonialismo. Suas intervenções sobre a China foram publicadas na *Nova Gazeta Renana* (NRZ), jornal alemão publicado em Colônia de junho de 1848 a maio de 1849, que ele próprio dirigiu, e no *New-York Tribune* (NYT), um dos jornais mais difundidos nos Estados Unidos da América, com o qual colaborou entre 1851 e 1862.

Os trechos selecionados para esta antologia foram retirados dos artigos “Review, January-February 1850”, NRZ, de 31 de janeiro de 1850; “Revolution in China and in Europe”, NYT, de 14 de junho de 1853; “English Atrocities in China”, NYT, de 10 de abril de 1857; “History of the Opium Trade”, NYT, de 20 de setembro de 1858; e “History of the Opium Trade”, NYT, de 25 de setembro de 1858.

Os trechos dos artigos foram traduzidos por Nélio Schneider para esta edição.

Análise, Janeiro-Fevereiro 1850

Karl Marx e Friedrich Engels

[...]

E, por fim, outra curiosidade característica da China, trazida de lá pelo conhecido missionário alemão Gützlaff. Há muito que a superpopulação, que cresce lenta, mas constantemente, tornou as condições sociais naquele país particularmente opressivas para a grande maioria da nação. Então vieram os ingleses e impuseram o livre-comércio a favor deles próprios em cinco portos. Milhares de navios ingleses e norte-americanos velejaram para a China e, em pouco tempo, o país foi inundado com produtos industrializados baratos britânicos e norte-americanos.

se a história tivesse de tornar todo esse povo ébrio antes de poder despertá-lo de sua estupidez hereditária.

A importação de tecidos de algodão ingleses e, em menor escala, também de tecidos de lã ingleses, embora praticamente inexistente antes disso, cresceu com rapidez a partir de 1833, época em que o monopólio comercial foi transferido da Companhia das Índias Orientais para o comércio privado, e em escala muito maior a partir de 1840, época em que outras nações, sobretudo a nossa, também obtiveram participação no comércio chinês. Essa introdução de produtos manufaturados estrangeiros teve um efeito sobre a indústria nativa similar ao que tivera na Ásia Menor, na Pérsia e na Índia. Na China, os fiadores e os tecelões sofreram muito sob essa concorrência estrangeira e a sociedade foi desestruturada na mesma proporção.

O tributo devido à Inglaterra após a infeliz guerra de 1840; o forte consumo improdutivo de ópio; a drenagem de metais preciosos por esse comércio; a influência destrutiva da competição estrangeira sobre os fabricantes nativos e a desmoralização da administração pública produziram duas coisas: a velha carga de impostos tornou-se mais pesada e opressiva e novos impostos foram acrescentados aos antigos. Por essa razão, em um decreto do imperador (Hien-Fung) datado de 5 de janeiro de 1853 e despachado de Pequim, encontramos ordens dadas aos vice-reis e governadores das províncias sulistas de Wuchang e Hainan para perdoar e protelar o pagamento de impostos, e especialmente não cobrar mais do que o montante regular; pois, caso contrário, diz o decreto, “como o povo pobre será capaz de suportar?”. O imperador prossegue: “E, assim, talvez meu povo escapará do mal de ser perseguido e acossado pelo coletor de impostos em um período de dificuldade e penúria generalizadas”. Nos lembramos de ter ouvido o mesmo tipo de linguagem e concessões por parte da Áustria, a China da Alemanha, em 1848.

Todos esses fatores desagregadores atuando juntos sobre as finanças, a moral, a indústria e a estrutura política da China chegaram ao seu pleno desenvolvimento sob o canhão inglês em 1840, que derrubou a autoridade do imperador e forçou o Império Celestial a entrar em contato com o mundo terreno. O isolamento completo era a condição precípua da preservação da velha China. Como esse isolamento teve um fim violento pela mão da Inglaterra, a dissolução que se seguiu era tão certa quanto a de qualquer múmia cuidadosamente selada dentro de um sarcófago hermeticamente fechado quando ela entra em contato com o ar fresco. Agora, depois que a Inglaterra produziu a revolução da China, a questão é que reações essa revolução provocará com o decorrer do tempo na Inglaterra e, através da Inglaterra, na Europa. Essa questão não é difícil de responder.

Com frequência chamou-se a atenção dos nossos leitores para o crescimento sem igual das fábricas britânicas a partir de 1850. Em meio à mais surpreendente

prosperidade, não foi difícil apontar sintomas claros da aproximação de uma crise industrial. A despeito da Califórnia e da Austrália, a despeito da emigração imensa e sem precedentes, no tempo devido chegará, mesmo sem qualquer acidente em particular, um momento em que a ampliação dos mercados será incapaz de manter o ritmo da ampliação das fábricas britânicas, e essa desproporção deverá produzir uma nova crise com a mesma certeza com que fez isso no passado. Porém, se um dos grandes mercados de repente se contrair, a chegada da crise será necessariamente acelerada por esse fato. Por ora, a rebelião chinesa deverá ter precisamente esse efeito sobre a Inglaterra. A necessidade de abrir novos mercados ou de ampliar os antigos foi uma das principais causas da redução das taxas alfandegárias britânicas sobre o chá, na medida em que da crescente importação de chá era esperada uma crescente exportação de produtos manufaturados para a China. Ora, antes da revogação, em 1833, do monopólio comercial em mãos da Companhia das Índias Orientais, o valor das exportações anuais do Reino Unido para a China totalizou apenas 600 mil libras esterlinas; em 1836, ele alcançou a soma de 1.326.388 libras esterlinas; em 1845, chegou a 2.394.827 libras esterlinas; em 1852, totalizou cerca de 3 milhões de libras esterlinas. Em 1793, a quantidade de chá importada da China não passou do peso de 16.167.331 libras; porém, em 1845, chegou a 50.714.657 libras; em 1846, a 57.584.561 libras; e agora ultrapassou o peso de 60 milhões de libras.

Como já mostram as listas de exportação de Xangai, a colheita de chá da última estação será, no mínimo, 2 milhões de libras maior que a do ano anterior. Esse excesso deve ser atribuído a duas circunstâncias. De um lado, no fechamento do ano de 1851, o mercado estava bastante deprimido e o grande estoque de excedentes foi lançado na exportação em 1852. De outro lado, quando os recentes informes sobre a mudança da legislação britânica no que se refere à importação de chá chegaram à China, fizeram aflorar todo o chá disponível em um mercado receptivo a preços altamente majorados. Porém, no que se refere à próxima colheita, o caso é bem diferente. Isso fica evidente a partir dos excertos da correspondência de uma grande firma de chá em Londres:

Em Xangai, o terror é extremo. O ouro teve uma alta de 25%, sendo avidamente procurado para fins de entesouramento; a prata desapareceu a tal ponto que não pode ser obtida nem sequer para pagar as taxas chinesas sobre os navios britânicos que necessitavam de liberação portuária; e, em consequência disso, o senhor Alcock concordou em assumir a responsabilidade perante as autoridades chinesas pelo pagamento dessas taxas, mediante recebimento de ações da Companhia das Índias Orientais ou outras garantias aprovadas. A escassez de metais preciosos é um dos fatores mais desfavoráveis, quando considerada com referência ao futuro imediato do comércio, na medida em que essa retirada ocorre precisamente no período em que seu uso é mais necessário

isolados dos odiosos estrangeiros. De qualquer modo, uma interferência da parte dos governos ocidentais neste momento servirá apenas para tornar a revolução mais violenta e prolongar a estagnação do comércio.

Ao mesmo tempo, deve-se observar, com relação à Índia, que o governo britânico daquele país depende da venda de ópio aos chineses para obter um sétimo de sua receita, enquanto uma parcela considerável da demanda da Índia por produtos manufaturados britânicos depende da produção desse ópio na Índia. É verdade que é tão improvável que os chineses renunciem ao ópio quanto que os alemães se abstêm do tabaco. Porém, dado que o novo imperador, como se pensa, é favorável ao cultivo da papoula e à preparação do ópio na própria China, é muito provável que o golpe de misericórdia seja desferido de uma só vez no negócio de cultivo de ópio na Índia, na receita da Índia e nos recursos comerciais do Hindustão. Mesmo que esse golpe não seja sentido de imediato pelos interesses envolvidos, ele operaria efetivamente no devido tempo, intensificando e prolongando a crise financeira universal que prognosticamos acima.

Desde o início do século XVIII, não houve nenhuma revolução séria na Europa que não tivesse sido precedida por uma crise comercial e financeira. Isso se aplica tanto à Revolução de 1789 quanto à de 1848. Não só é verdade que, a cada dia, vemos mais e mais ameaças de conflito entre os poderes dominantes e seus súditos, entre o Estado e a sociedade, entre as várias classes; mas vemos também que o conflito entre as potências existentes gradativamente chega na intensidade em que a espada tem de ser desembainhada e é preciso recorrer ao último recurso dos regentes. Nas capitais europeias, cada dia traz despachos prenhes de uma guerra generalizada, suplantados pelos despachos do dia seguinte que asseguram a manutenção da paz por mais uma semana. Não obstante, estejamos certos de que, independentemente da intensidade a que o conflito entre as potências europeias possa chegar, por mais ameaçador que possa se mostrar o horizonte diplomático, quaisquer que sejam os movimentos empreendidos por alguma facção entusiasta neste ou naquele país, a ira dos regentes e a fúria do povo serão igualmente apaziguadas pelo sopro da prosperidade. É improvável que guerras ou revoluções façam a Europa chegar às vias de fato, a não ser que isso ocorra em consequência de uma crise comercial e industrial generalizada, cujo sinal, como de costume, foi dado pela Inglaterra, a representante da indústria europeia no mercado mundial.

É desnecessário deter-se nas consequências políticas que uma crise como essa necessariamente produzirá nestes tempos, com a expansão sem precedentes das fábricas na Inglaterra, com a franca dissolução de seus partidos oficiais, com a transformação de toda a maquinaria estatal da França em um imenso conglomerado de fraudes e compra e venda de ações, com a Áustria às vésperas da bancarrota, com os delitos que se acumulam por toda parte à espera de serem vingados pela

população, com os interesses conflitantes das próprias potências reacionárias e com o sonho russo de conquista sendo revelado mais uma vez ao mundo.

Atrocidades inglesas na China

Karl Marx

Há alguns anos, quando foi exposto no Parlamento o assustador sistema de tortura na Índia, *sir James Hogg*, um dos diretores da Mui Honorável Companhia das Índias Orientais, afirmou intrepidamente que as afirmações eram infundadas. Contudo, a investigação subsequente provou que eram baseadas em fatos e que estes deveriam ser bem conhecidos dos diretores, e não restou a *sir James* nada além de admitir “ignorância premeditada” ou “conhecimento criminoso” da horrível acusação deixada às portas da Companhia. Lorde Palmerston, o atual premiê da Inglaterra, e o conde de Clarendon, ministro de Assuntos Estrangeiros, parecem se encontrar exatamente agora em uma posição similar nada invejável. No recente banquete oferecido pelo prefeito de Londres, o primeiro-ministro disse, em seu discurso, tentando justificar as atrocidades cometidas contra os chineses:

Se o governo tivesse aprovado procedimentos injustificáveis nesse caso, ele indubitablemente teria seguido um curso que mereceria a censura do Parlamento e do país. No entanto, fomos persuadidos, pelo contrário, de que aqueles procedimentos haviam sido necessários e vitais. Sentimos que um grande delito fora infligido a nosso país. Sentimos que nossos conterrâneos em uma parte distante do globo foram expostos a uma série de insultos, ultrajes e atrocidades que não poderiam ter sido tolerados em silêncio. [Aplausos.] Sentimos que os direitos contratuais do nosso país tinham sido violados e que os que estavam localmente encarregados da defesa dos nossos interesses naquele quadrante do mundo tinham não só todo o direito, mas também a obrigação de se ressentir daqueles ultrajes, na medida em que o poder de que dispunham os capacitasse a fazer isso. Sentimos que traíríamos a confiança que os cidadãos do país haviam depositado em nós, caso não aprovássemos os procedimentos que pensamos ser corretos e que nós, caso estivéssemos diante das mesmas circunstâncias, consideraríamos nosso dever ter adotado. [Aplausos.]

Pois, por mais que o povo da Inglaterra e o mundo em geral possa ser iludido por tais declarações plausíveis, o próprio lorde não acredita que elas sejam verdadeiras ou, se acredita, ele revela uma ignorância premeditada quase tão injustificável quanto o “conhecimento criminoso”. O tempo todo, desde que o primeiro relato chegou a nós a respeito de hostilidades inglesas na China, os jornais do governo da Inglaterra e uma parcela da imprensa norte-americana empilharam denúncias levianas contra os chineses – acusações vagas sobre violação de obrigações

contratuais, insultos à bandeira inglesa, humilhação de estrangeiros residentes em seu território e coisas similares –, mas nenhuma acusação específica foi feita nem um único fato foi apresentado como exemplo para apoiar essas denúncias, exceto o caso da lorchá *Arrow*, e, no que se refere a esse evento, as circunstâncias foram tão distorcidas e lustradas pela retórica parlamentar que desviaram completamente quem pudesse estar interessado em entender os méritos da questão.

A lorchá *Arrow* era um pequeno barco chinês, tripulado por chineses, mas empregado por alguns ingleses. Havia-lhe sido concedida temporariamente a licença de portar a bandeira inglesa, e essa licença tinha expirado antes do suposto “insulto”. Disseram que ela foi usada para contrabandear sal e levava a bordo alguns personagens muito perversos – piratas e contrabandistas chineses –, os quais as autoridades há muito estavam tentando prender, por serem infratores das leis de longa data. Enquanto a lorchá estava ancorada diante de Cantão – com velas recolhidas e nenhuma bandeira hasteada –, a polícia se deu conta da presença desses infratores a bordo e os prendeu – um ato exatamente igual ao que teria ocorrido aqui, se a polícia que patrulha nosso cais tivesse conhecimento de que ladrões e contrabandistas de rios estivessem se escondendo em um barco nacional ou estrangeiro nas proximidades. Porém, como essa prisão interferiu nos negócios dos proprietários, o capitão foi até o cônsul inglês e prestou queixa. O cônsul, um homem jovem recentemente designado e, pelo que sabemos, uma pessoa de temperamento explosivo e irritadiço, correu a bordo em pessoa, entrou em uma discussão acalorada com a polícia, que tinha cumprido sua simples obrigação, e consequentemente não teve sua vontade satisfeita. Dali ele voltou correndo para o consulado, escreveu uma demanda imperativa de devolução e desculpas ao governador-geral da província de Quangdong (Cantão) e um recado a sir John Bowring e ao almirante Seymour em Hong Kong, alegando que ele e a bandeira do seu país tinham sido insultados além do tolerável e insinuando, em termos bastante amplos, que chegara o momento tão longamente esperado de uma manifestação contra Cantão.

O governador Yeh polida e calmamente responde às exigências arrogantes do alterado jovem cônsul britânico. Ele informa a razão da prisão e lamenta que tenha havido qualquer mal-entendido em relação ao assunto; ao mesmo tempo, ele nega categoricamente qualquer intenção de insultar a bandeira inglesa e manda de volta os homens que, apesar de legalmente presos, ele não quis deter à custa de um mal-entendido tão sério. Isso, porém, não satisfaz o senhor cônsul Parkes – ele requisita uma desculpa oficial e uma devolução mais formal, ou o governador Yeh terá de aguentar as consequências. Em seguida, chega o almirante Seymour com a frota britânica e então começa outra correspondência, dogmática e ameaçadora, da parte do almirante; fria, impassível e polida, da parte do oficial chinês. O almirante Seymour exige uma entrevista pessoal dentro dos muros de Cantão.

O governador Yeh diz que não há precedentes para isso e que sir George Bonham concordara com que não haveria essa exigência. Ele consentiria prontamente com uma entrevista, como de praxe, fora dos muros da cidade, se fosse necessário, ou atender aos desejos do almirante de qualquer outra maneira que não contrariasse os usos chineses nem a etiqueta hereditária. Tal sugestão, porém, não agrada ao belicoso representante da potência britânica no Oriente.

Essa guerra extremamente injusta foi insuflada pelas razões aqui sucintamente expostas – e os relatos oficiais de que agora dispõe o povo da Inglaterra confirmam essa afirmação. Os cidadãos inofensivos e os comerciantes pacíficos de Cantão foram chacinados, suas habitações demolidas e as exigências de humanidade violadas com base na desculpa banal de que “vida e propriedade inglesas são postas em perigo pelos atos agressivos dos chineses”! O governo britânico e o povo britânico – pelo menos, aqueles que optaram por examinar a questão – sabem o quanto falsas e vazias são essas afirmações. Tentou-se desviar a investigação da questão principal e impressionar a mente do público com a ideia de que uma longa série de injúrias, precedendo o caso da lorchá *Arrow*, constituiria por si só um *casus belli* suficiente. Essas alegações genéricas, no entanto, não têm base. Os chineses têm pelo menos 99 injúrias de que se queixar para 1 de parte dos ingleses.

Como é profundo o silêncio da imprensa da Inglaterra a respeito das ultrajantes violações contratuais praticadas diariamente por estrangeiros que vivem na China sob a proteção britânica! Não ouvimos nada sobre o comércio ilegal de ópio, que a cada ano engorda o tesouro britânico à custa da vida humana e da moralidade. Nada ouvimos sobre o constante suborno de suboficiais, mediante o qual o governo chinês é defraudado da renda a que tem direito sobre a mercadoria que entra e que sai do país. Nada ouvimos dos maus-tratos infligidos “inclusive até a morte” a emigrantes desencaminhados e escravizados, vendidos em condições piores do que a escravidão no litoral do Peru e para a servidão cubana. Nada ouvimos sobre o espírito de intimidação frequentemente exercido contra a natureza tímida dos chineses nem sobre os vícios introduzidos por estrangeiros nos portos abertos para o comércio. Nada ouvimos a respeito disso e de muitas outras coisas, primeiro porque a maioria dos povos fora da China pouco se importa com a condição social e moral daquele país; em segundo lugar, porque faz parte da política e da prudência não tocar em assuntos que não resultarão em vantagem pecuniária. Por isso, o povo inglês em casa, que não enxerga além do mercado em que compra o seu chá, está disposto a engolir todas as informações falsas que o ministério e a imprensa escolhem para enfiar goela pública abaixo.

Entrementes, na China, o fogo baixo do ódio aceso contra os ingleses durante a Guerra do Ópio inflamou-se em chamas de animosidade, que muito provavelmente não serão apagadas por nenhuma declaração de paz e amizade.